

# A distribuição dos rendimentos dos trabalhadores nos mercados metropolitanos: a dura realidade mostrada pela PED<sup>1</sup>

Ademir Figueiredo\*

Ranieri Muricy\*\*

## Resumo

O Brasil sempre apresentou uma enorme desigualdade na distribuição de renda e um nível elevado de pobreza. Este trabalho objetiva descrever a situação atual dos trabalhadores que recebem salário mínimo nas seis regiões onde a PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego – é realizada pelo DIEESE em associação com instituições parceiras.

**Palavras-chave:** distribuição de renda, salário mínimo, emprego.

## Abstract:

*Brazil always presented an enormous income distribution inequality and a high poverty level. This work aims to describe the present situation of workers who receive minimum wages in six regions where the PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego (Employment and Unemployment Research), is carried out by DIEESE in association with partner institutions.*

**Key words:** income distribution, minimum wage, employment.

## INTRODUÇÃO

Neste artigo pretende-se mostrar a dura realidade dos trabalhadores que recebem 1 salário mínimo nos mercados de trabalho das cinco regiões metropolitanas e do Distrito Federal, onde o DIEESE, em con-

junto com diversos parceiros, realiza a PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego.

No momento em que se comemoram os dez anos da PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego – na Região Metropolitana de Salvador, este artigo mostra, utilizando os dados da pesquisa, que muito precisa ser feito para diminuir a desigualdade social e a pobreza do Brasil. Seus dados podem fundamentar as políticas públicas necessárias para compor o salário mínimo de um conteúdo de dignidade e justiça para com aqueles que trabalham, constroem a riqueza e dela não se apropriam além do mínimo necessário para compor seu desgaste fisiológico. Através de características individuais e do posto de trabalho, em 2005, será investigado, em pormenor, a situação daqueles que estavam ocupados naquele ano, cujos rendimentos atingiam até 1

Agradecimento especial pelas sugestões e críticas à Equipe DIEESE/BA: Ana Georgina, Ana Margaret, Lavinia Moura, Thaiz e Tiago (Estagiário), aos membros da Equipe da PED e Frederico Melo da equipe do DIEESE/MG.

<sup>1</sup> A Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED é uma pesquisa domiciliar, com base em uma amostra probabilística, de periodicidade mensal, sobre mão-de-obra e rendimento do trabalho, cuja metodologia de investigação foi desenvolvida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos (DIEESE) e a Fundação SEADE - órgão da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado de São Paulo.

\* Coordenador de pesquisa e desenvolvimento do DIEESE. ademir@dieese.org.br

\*\* Supervisor Técnico do Escritório Regional do DIEESE-Bahia. ranieri@dieese.org.br

salário mínimo. A análise será desenvolvida considerando-se classes de salário mínimo.

Além dessa introdução, o artigo traz uma primeira parte com breves considerações sobre o salário mínimo no Brasil. Em seguida faz uma caracterização geral das seis regiões estudadas com respeito ao tema em tela, onde o processamento das variáveis descritivas permitiu a identificação das características gerais dos ocupados por classes de salário mínimo nas regiões metropolitanas onde é realizada a PED, a partir da qual pretendeu-se extrair informações relevantes para a construção do painel dos ocupados por classes de salário mínimo.

Nas terceira parte, o objetivo foi investigar o perfil do trabalhador que recebe um salário mínimo segundo atributos pessoais: sexo, cor, idade, posição na família, condição de migração e instrução; e do posto de trabalho: previdência social, jornada de trabalho, tempo de permanência no emprego e rendimento.

Por fim, nas considerações finais fica patente a necessidade do estabelecimento de políticas públicas para a valorização do salário mínimo como forma de reduzir a desigualdade e minimizar a pobreza, dotando-o de um conteúdo ético e de justiça, para que o trabalhador e sua família possam viver com dignidade.

## CONSIDERAÇÕES ACERCA DO SALÁRIO MÍNIMO

O mercado de trabalho metropolitano se caracteriza por sua ampla desigualdade nas condições de vida e nos rendimentos, agravado por uma estrutura econômica concentrada nas regiões metropolitanas e assentada em segmentos intensivos em capital. O mercado de trabalho assalariado é marcado por alta rotatividade, flexibilidade nas formas de contratação e demissão, baixos rendimentos e um amplo leque salarial que é a expressão primeira da desigualdade nestes mercados.

No Brasil, a remuneração do trabalho sempre foi marcada por baixos salários e grande dispersão entre os rendimentos. Isso se explica por fatores históricos ligados à má formação da economia brasileira, na regulação estatal de contenção dos salários por um lon-

go período e, também, na estrutura sindical atrelada ao Estado, bem como na espiral inflacionária da década de 1980. Esses fatores estão ligados à formação e evolução do mercado de trabalho urbano e catalisam uma estrutura perversa de distribuição de renda.

A partir da década de 1930 tem início o processo de industrialização e urbanização do Brasil, que se processou de forma muito rápida, com um grande número de trabalhadores das atividades agropecuárias sendo “liberados” para a indústria nascente. Em poucas décadas, o vasto contin-

gente de mão-de-obra rural, com poucos laços de assalariamento, transformou-se em um extenso mercado de trabalho urbano. A maneira e a rapidez com que o Brasil se transformou, passando de uma economia agrária a uma economia industrializada, colaborou para a configuração de um amplo mercado de trabalho caracterizado por trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação. Isso favoreceu o achatamento dos salários de base e viabilizou enorme dispersão salarial entre os menos e os mais qualificados, o que foi extremamente funcional ao modelo de desenvolvimento adotado.

Durante esse processo, a atuação do movimento sindical foi muito cerceada. O mesmo Estado que impulsionou a industrialização nos anos 1930 e concedeu uma série de direitos aos trabalhadores, limitou sua capacidade de organização com a imposição de regras rígidas para a atividade sindical, duramente reprimida durante os vinte anos de regime militar, encerrado apenas em meados da década de 1980.

O Estado também teve grande influência sobre o comportamento dos rendimentos do trabalho, através da determinação dos reajustes gerais de salário por cerca de trinta anos, até instituir-se a livre negociação, em 1995. Compete ao Estado, ainda hoje, a determinação dos salários do funcionalismo público e do salário mínimo.

Respeitadas as inúmeras modificações ocorridas ao longo do tempo, pode-se dizer que, em geral, as políticas salariais e do salário mínimo obedeceram primordialmente aos objetivos das políticas econômicas antiinflacionárias.

**Respeitadas as inúmeras modificações ocorridas ao longo do tempo, pode-se dizer que, em geral, as políticas salariais e do salário mínimo obedeceram primordialmente aos objetivos das políticas econômicas antiinflacionárias**

Os rendimentos do trabalho sofreram, ainda, a ação devastadora da inflação, que inicia sua trajetória de ascensão na década de 1970, chegando, em 1990, a uma taxa mensal na casa de 80%. Como consequência desse processo, uma análise da década de 1980 revela uma queda generalizada do nível de rendimento real do conjunto dos ocupados. Porém, como a inflação atinge os trabalhadores de forma desigual, as perdas maiores concentraram-se nos rendimentos mais baixos e, em decorrência, os pobres ficaram ainda mais pobres.

Chega-se à década de 1990, uma fase de acirrada concorrência capitalista e instabilidade econômica, em que Estado e empresas empenham-se na flexibilização das formas de contratar, usar e remunerar o trabalhador.

No Brasil, o salário mínimo foi instituído em 1º de maio de 1940, para vigorar a partir de 1º de julho daquele ano. Foram então definidos catorze níveis salariais diferentes, a serem aplicados em regiões delimitadas pelo Governo Federal, a partir de pesquisa nacional que permitiu aferir o valor mais freqüente das remunerações mais baixas praticadas em cada uma das áreas.

Pouco a pouco, o salário mínimo foi sendo unificado por regiões geográficas, até chegar a ser o salário mínimo nacional, em 1984. A evolução de mais de meio século do salário mínimo no Brasil experimentou quatro fases bem distintas. A primeira fase, de consolidação, compreendeu o período que vai de 1940 até 1951. Corrigido para valores de março de 2006, o primeiro valor decretado correspondia a R\$ 922,50. No ano de 1943, o salário mínimo foi reajustado duas vezes e, embora a lei previsse correções em períodos não superiores a três anos, permaneceu congelado até 1951.

A queda violenta de seu poder de compra de 1946 até 1951 ocorreu simultaneamente ao desmonte dos controles da economia, parte dos objetivos da política liberal do governo Dutra. A segunda fase, de recuperação do salário mínimo, correspondeu ao período 1952 a 1964. Entre 1952 e 1959, houve um forte crescimento de seu poder aquisitivo, que chegou, em ja-

neiro de 1959, ao maior valor da história: R\$ 1.329,15 a preços de março de 2006. De 1960 a 1964, seu valor permaneceu estável.

O crescimento do salário de base, na década de 1950, ocorreu simultaneamente a um processo acelerado de industrialização no Brasil. Isso se deu tanto pelo compromisso do governo com uma melhor distribuição dos frutos do desenvolvimento e com um projeto de Nação quanto em função das lutas sindicais travadas no período. A pauta de reivindicações incluía reajustes

salariais, 13º salário – conquistado em 1962 –, salário família – decretado em 1963 – e as campanhas nacionais pelas reformas de base, registradas até 1964.

A terceira fase, marcada pela restrição do salário mínimo, iniciou-se em 1965 e se prolongou até meados da década de 1990. Durante o governo militar (1964 – 1984), com a repressão ao movimento sindical, a eliminação da estabilidade no emprego e a política de arrocho salarial, o país caminhou para uma efetiva concentração de renda. Entre 1965 e 1974, o salário mínimo mantinha, na média anual, apenas 69% do poder aquisitivo de 1940. A mudança da política salarial, a partir de 1974, e a introdução dos reajustes semestrais, em 1979, chegaram a sinalizar uma recuperação do valor real do salário mínimo até o ano de 1982 (21,2%). Ao longo da década seguinte – que passou para a história como a “década perdida” –, o salário mínimo retomou a trajetória de perda crescente do poder de compra. De 1983 a 1991, o poder aquisitivo do salário mínimo caiu acentuadamente, passando a valer, em média, apenas 43% do vigente em 1940. Essa tendência prolongou-se até 1994, quando chegou a valer um quarto do valor instituído em 1940.

Finalmente, a partir de maio de 1995, quando valia um quarto do seu poder aquisitivo, o salário mínimo inicia um movimento de recuperação que o levará a cerca de 40% de seu valor inicial, em abril de 2006.

Tomando o salário mínimo como referência, vê-se que o Brasil trilhou um caminho de aprofundamento da desigualdade, gerando riqueza sem distribuí-la de forma equitativa. Pelo Gráfico 1, constata-se o grande abismo entre o crescimento do PIB *per capita* e o do salário mínimo. Em outras palavras, os dados

**Finalmente, a partir de maio de 1995, quando valia um quarto do seu poder aquisitivo, o salário mínimo inicia um movimento de recuperação que o levará a cerca de 40% de seu valor inicial, em abril de 2006**

revelam a distância entre a evolução do valor que, em média, é criado na sociedade por cada pessoa e a evolução do que é pago como o mínimo para a sua sobrevivência, sem falar na de sua família.

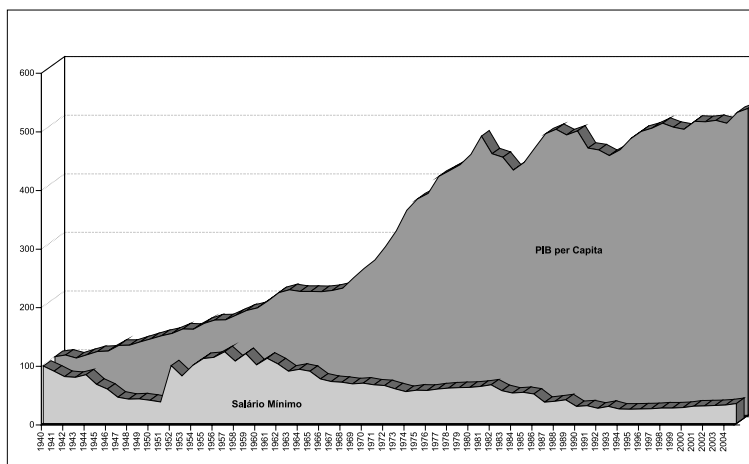
Como resultado de um padrão de crescimento econômico concentrador e excludente, o Brasil apresenta indicadores que revelam uma profunda desigualdade, e o salário mínimo se revela como sua marca mais cruel.

## CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS REGIÕES

Segundo os dados da PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego –, das seis regiões brasileiras - Distrito Federal e Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte (RMBH), Porto Alegre (RMPOA), Recife (RMR), Salvador (RMS) e São Paulo (RMSP) -, a proporção dos ocupados que recebem até um salário mínimo nas duas regiões metropolitanas pesquisadas no Nordeste é bastante alta, relativamente às demais regiões. Considerando as duas regiões metropolitanas do Nordeste, a situação da de Recife aparece mais grave que para a de Salvador, com uma grande proporção dos ocupados (quase 77%) recebendo até 2 salários mínimos (SM), e apenas uma pequena parcela (6%) com rendimentos acima de 5 SM (Tabela 1).

Ainda de acordo com a Tabela 1, quando o corte se dá naqueles ocupados que recebem até 1 SM também o destaque é para Recife (39,9%) e Salvador

**Gráfico 1**  
**Salário mínimo real e Brasil, 1940 a 2004**



Fonte: DIEESE

(37,1%), que sustentam os maiores percentuais das seis regiões metropolitanas pesquisadas. Nessas duas regiões, mais de 20% dos ocupados recebem um rendimento médio inferior ao mínimo legal. Essa situação se explica em parte pela presença significativa, nas duas localidades, de atividades extremamente vulneráveis. A difusão do exercício de jornadas em tempo parcial também pode contribuir para explicar as proporções de ocupados que recebem menos do que 1 SM (o que ainda será visto neste artigo).

O Distrito Federal (16,9%) e a Região Metropolitana de Porto Alegre (12,8%), por sua vez, apresentam os menores percentuais de ocupados que recebem até 1 SM. Na outra ponta, o Distrito Federal tem grandes proporções de ocupados nas faixas superiores (mais de 2 SM).

Com exceção da Região Metropolitana de São Paulo, que tem grande concentração na faixa *mais de 2 até 5 SM*, a faixa

com maior concentração de ocupados é aquela situada em *mais de 1 até 2 SM*. Entre 16,2% (regiões metropolitanas de Salvador e Recife) e 4,8% (na Região Metropolitana de São Paulo) dos ocupados ganham exatamente 1 SM.

**Tabela 1**

**Distribuição dos ocupados, no trabalho principal, segundo classes de salário mínimo<sup>1</sup>**  
**Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2005**

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Total	Classes de Salário Mínimo				Em %
		Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	
Belo Horizonte	100,0	12,3	12,3	38,2	25,9	11,2
Distrito Federal	100,0	7,9	9,0	32,6	25,6	24,9
Porto Alegre	100,0	7,8	5,0	38,9	34,0	14,3
Recife	100,0	23,7	16,2	36,8	17,2	6,0
Salvador	100,0	20,9	16,2	30,7	21,4	10,8
São Paulo	100,0	12,5	4,8	30,3	35,2	17,2

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego  
Elaboração: DIEESE

<sup>1</sup> As classes de salário mínimo foram construídas com base no rendimento nominal

## PERFIL DO TRABALHADOR

### Atributos pessoais

#### *Sexo e classes de salário mínimo*

Salta aos olhos o fato de que as mulheres estão sempre representadas nas faixas de SM mais baixas em todas as regiões metropolitanas e DF. Os homens são maioria nas faixas salariais com mais de 2 SM. Conforme a distribuição dos ocupados por faixa de SM a situação das mulheres é mais dramática nas regiões metropolitanas do Nordeste do país. Elas são a maioria entre os ocupados que ganham até 1 SM em todas as regiões metropolitanas estudadas. Chama a atenção as regiões Belo Horizonte e DF, nas quais, dos ocupados que recebem até 1 SM, mais de 70%

**Quando o corte se dá naqueles ocupados que recebem até 1 SM também o destaque é para Recife (39,9%) e Salvador (37,1%), que sustentam os maiores percentuais das seis regiões metropolitanas pesquisadas. Nessas duas regiões, mais de 20% dos ocupados recebem um rendimento médio inferior ao mínimo legal**

são do sexo feminino (Tabela 2). Na Região Metropolitana de Salvador, 62,6% dos que ganham menos de 1 SM são mulheres, assim como 61,1% dos que ganham exatamente 1 SM.

#### *Faixa etária e classes de salário mínimo*

A participação dos jovens entre 16 e 24 anos no total dos ocupados nas regiões metropolitanas pesquisadas no Nordeste é a mais baixa dentre as regiões pesquisadas (RMR = 17,4% e RMS = 19,9%). Nas demais regiões, a participação dos jovens entre 16 e 24 anos no total das ocupações fica acima dos 20%. Todavia, a participação dessa faixa etária entre aqueles que recebem acima de 5 SM é muito baixa, tanto que não permite desagregação na RMBH, RMR e RMS; e fica abaixo de 4,3% nas demais regiões (Tabela 3).

**Tabela 2**

**Distribuição dos ocupados, no trabalho principal, segundo sexo e classes de salário mínimo<sup>1</sup>**  
**Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2005**

Em %												
Sexo	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Belo Horizonte				Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Distrito Federal			
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	52,2	27,0	35,5	51,6	66,3	67,5	51,3	28,3	32,1	48,5	60,4	59,7
Mulheres	47,8	73,0	64,5	48,4	33,7	32,5	48,7	71,7	67,9	51,5	39,6	40,3
Sexo	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Porto Alegre				Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Recife			
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	55,8	36,6	38,1	48,2	67,2	66,1	55,7	40,9	45,6	60,7	70,6	68,2
Mulheres	44,2	63,4	61,9	51,8	32,8	33,9	44,3	59,1	54,4	39,3	29,4	31,8
Sexo	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Salvador				Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	São Paulo			
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	52,7	37,4	38,9	57,8	64,4	65,5	54,5	32,1	38,6	48,3	63,3	68,2
Mulheres	47,3	62,6	61,1	42,2	35,6	34,5	45,5	67,9	61,4	51,7	36,7	31,8

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

<sup>1</sup> As classes de salário mínimo foram construídas com base no rendimento nominal

<sup>2</sup> Fazem parte desse total os ocupados com rendimentos declarados.

**Tabela 3**

**Distribuição dos ocupados, no trabalho principal, segundo faixa etária e classes de salário mínimo<sup>1</sup>**  
**Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2005**

Em %

Faixa Etária	Belo Horizonte								Distrito Federal			
	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 15	0,7	4,9	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)
16 a 24	22,1	29,9	39,1	26,8	11,5	(3)	21,2	30,0	37,8	31,2	17,0	3,5
25 a 39	41,1	30,9	31,7	42,8	49,3	38,1	45,3	33,2	37,8	46,4	51,0	44,7
40 e mais	36,2	34,2	29,0	30,3	39,2	59,1	33,2	34,0	23,5	22,4	32,0	51,8

Faixa Etária	Porto Alegre								Recife			
	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 15	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)
16 a 24	20,6	27,0	31,3	30,1	13,8	3,7	17,4	23,9	22,2	18,3	7,4	(3)
25 a 39	38,5	27,3	27,6	36,9	44,7	37,9	44,4	37,1	44,2	49,7	46,1	36,9
40 e mais	40,5	42,7	40,4	32,7	41,4	58,3	37,8	37,4	33,5	32,0	46,5	60,9

Faixa Etária	Salvador								São Paulo			
	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 15	0,7	3,3	(3)	(3)	(3)	(3)	0,9	6,0	(3)	(3)	(3)	(3)
16 a 24	19,9	30,9	26,6	22,0	9,6	(3)	21,3	24,6	35,0	30,9	18,2	4,3
25 a 39	44,1	34,5	43,6	49,1	49,7	38,1	41,5	28,4	29,3	40,2	47,6	44,4
40 e mais	35,2	31,3	29,7	28,9	40,7	58,4	36,3	41,0	34,9	28,6	34,2	51,3

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

<sup>1</sup> As classes de salário mínimo foram construídas com base no rendimento nominal.

<sup>(2)</sup> Fazem parte desse total os ocupados com rendimentos declarados.

<sup>(3)</sup> A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Os dados da Tabela 3 evidenciam que os baixos rendimentos atingem indiscriminadamente todas as faixas etárias. Entretanto, entre os ocupados cujos rendimentos estão abaixo de um salário mínimo há uma predominância das faixas etárias mais elevadas. Nas regiões metropolitanas de Porto Alegre e São Paulo, dentre os ocupados que recebem até 1 salário mínimo, mais de 40% possuem acima de 40 anos. Quando se analisam as classes de rendimento mais elevadas constata-se que são os jovens com idade legal para trabalhar os menos representados. Enquanto os jovens estão sub-representados nas faixas de SM mais elevadas, os ocupados com idade de 40 anos e mais estão sobre-representados nessas faixas de SM. Na RMR, entre aqueles que ganham mais de 2 até 5 SM, apenas 7,4% são jovens. Na RMSP esse percentual sobe para 18,2%.

### ***Posição na família e classes de salário mínimo***

Os chefes de família compõem a categoria mais representativa entre o total dos ocupados. Essa categoria também está mais representada nas faixas de maior rendimento (acima de 2 SM), relativamente aos cônjuges e filhos. Uma outra observação que se repete em todas as regiões pesquisadas é que o cônjuge está sempre mais representado que a categoria filho na faixa de rendimento acima de 5 SM. Já na classe de rendimento “mais de 2 e até 5 SM”, exceto na RMPOA, a categoria filho apresenta uma maior participação que a categoria cônjuge. Exceto para RMPOA (DF é igual), entre todos os ocupados, a categoria filho apresenta sempre maior participação que a categoria cônjuge (Tabela 4).

**Tabela 4**

**Distribuição dos ocupados, no trabalho principal, segundo posição na família e classes de salário mínimo<sup>1</sup>**  
**Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2005**

Em %

Posição na Família	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Belo Horizonte				Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Distrito Federal			
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefe	45,3	24,7	26,3	42,2	58,3	69,2	47,8	30,3	27,6	41,8	52,9	63,4
Demais	54,7	75,3	73,7	57,8	41,7	30,8	52,2	69,7	72,4	58,2	47,1	36,6
Cônjuge	21,3	34,0	26,0	20,2	16,1	17,3	21,3	34,7	24,3	19,0	18,7	21,6
Filho	27,2	35,1	38,0	29,9	21,3	10,8	21,2	24,9	25,7	24,9	22,3	12,4
Outros	6,3	6,2	9,6	7,6	4,2	(3)	9,7	10,2	22,5	14,3	6,1	(3)

Posição na Família	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Porto Alegre				Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Recife			
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefe	50,2	33,5	31,2	39,4	60,9	69,8	49,0	36,7	40,1	50,2	64,2	69,8
Demais	49,8	66,5	68,8	60,6	39,1	30,5	51,0	63,3	59,9	49,8	35,8	30,2
Cônjuge	23,7	33,6	29,6	27,2	18,6	11,4	19,9	26,3	23,0	17,2	15,2	15,8
Filho	21,5	27,4	32,0	27,2	17,0	6,6	24,8	29,3	28,7	25,8	17,1	12,6
Outros	4,6	(3)	(3)	6,2	3,6	(3)	6,4	7,7	8,3	6,8	3,6	(3)

Posição na Família	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Salvador				Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	São Paulo			
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefe	46,8	33,1	33,8	47,5	58,4	67,0	47,7	31,0	31,1	39,3	54,0	66,5
Demais	53,2	66,9	66,2	52,5	41,6	33,0	52,3	69,0	68,9	60,7	46,0	33,5
Cônjuge	19,9	24,9	23,2	17,5	16,5	19,0	22,0	34,7	28,4	23,6	17,7	17,2
Filho	24,1	31,2	26,6	26,0	19,1	11,0	24,1	27,1	32,0	28,9	22,9	13,7
Outros	9,3	10,7	16,4	9,0	6,0	(3)	6,2	7,2	8,5	8,2	5,5	2,5

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego - Elaboração: DIEESE

<sup>1</sup> As classes de salário mínimo foram construídas com base no rendimento nominal

(2) Fazem parte desse total os ocupados com rendimentos declarados.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Enquanto os chefes ocupam a categoria de maior rendimento, as faixas de rendimento mais baixas tendem a concentrar maiores proporções de cônjuges e filhos. Não obstante, os chefes também têm boa representação nas faixas de SM mais baixas (Tabela 4).

### **Cor e classes de salário mínimo**

À medida que aumenta a faixa de renda, menor é a proporção dos negros nessas faixas, ou seja, eles estão mais concentrados nas menores faixas de rendimentos. Inversamente, a participação dos não-negros aumenta à medida que a faixa de rendimento cresce. Tudo isso ocorre em todos os locais pesqui-

sados, sendo que em Salvador a proporção de negros entre os ocupados é de 85,7%, a maior entre todos os locais (Tabela 5).

Há grande contraste nas regiões metropolitanas e na RMPOA, onde as participações dos ocupados segundo a cor mostram resultados opostos. Na RMS, apesar dos negros representarem 85,7% do total dos ocupados, eles representam apenas 63,4% entre os ocupados que recebem acima de cinco SM. Já na RMPOA, apesar dos negros representarem 11,9% do total dos ocupados, eles representam apenas 5,4% do total dos ocupados que recebem acima de cinco SM. Ou seja, os ocupados de cor negra estão bastante representados nas faixas de baixos salários e pouco representados nas faixas de maiores salários, relativamente aos não-negros (Tabela 5).

**Tabela 5**

**Distribuição dos ocupados, no trabalho principal, segundo cor e classes de salário mínimo<sup>1</sup>**  
**Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2005**

Em %

Cor	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Belo Horizonte				Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Distrito Federal			
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Negra	57,2	67,0	66,3	62,9	49,1	35,8	66,0	74,8	77,3	71,7	63,9	53,7
Não-Negra	42,8	33,0	33,7	37,1	50,9	64,2	34,0	25,2	22,7	28,3	36,1	46,3

Cor	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Porto Alegre				Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Recife			
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Negra	11,9	18,3	16,6	14,9	9,1	5,4	76,6	80,2	82,1	77,5	70,4	59,7
Não-Negra	88,1	81,7	83,4	85,1	90,9	94,6	23,4	19,8	17,9	22,5	29,6	40,3

Cor	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Salvador				Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	São Paulo			
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Negra	85,7	93,2	91,8	88,6	81,0	63,4	35,1	47,1	44,4	43,7	32,2	14,8
Não-Negra	14,3	6,8	8,2	11,4	19,0	36,6	64,9	52,9	55,6	56,3	67,8	85,2

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego - Elaboração: DIEESE

Obs: Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos.

<sup>1</sup> As classes de salário mínimo foram construídas com base no rendimento nominal<sup>(2)</sup> Fazem parte desse total os ocupados com rendimentos declarados.

Exceto no DF, onde 20,3% dos negros ocupados recebem acima de cinco SM, nas demais regiões é muito baixa a parcela de negros que recebem acima de cinco SM, menos de 8% em qualquer região pesquisada (Tabela 6).

Observando as Regiões Metropolitanas de Salvador e do Recife, nas quais a participação dos ocupados de cor negra no total dos ocupados é bastante alta (85,7% e 76,6%, respectivamente – Tabela 8),

constata-se que a distribuição dos negros pelas faixas salariais coloca as duas regiões em situação de igual pobreza: nas regiões metropolitanas apenas 28,2% dos negros ocupados recebem acima de 2 SM; na RMR a situação é ainda mais crítica, apenas 20,5% dos negros ocupados recebem acima de 2 SM. Enquanto que na RMPOA (apesar dos negros representarem menos de 12% do total dos ocupados na região) 32,4% dos negros ocupados recebem aci-

**Tabela 6**

**Distribuição dos ocupados, no trabalho principal, segundo cor e classes de salário mínimo<sup>1</sup>**  
**Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2005**

Em %

Cor	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Belo Horizonte				Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Distrito Federal			
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Negra	100,0	14,4	14,3	42,0	22,3	7,0	100,0	8,9	10,5	35,5	24,8	20,3
Não-Negra	100,0	9,5	9,7	33,1	30,8	16,8	100,0	5,8	6,0	27,1	27,2	33,9

Cor	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Porto Alegre				Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Recife			
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Negra	100,0	12,0	6,9	48,7	25,9	6,5	100,0	24,9	17,3	37,3	15,8	4,7
Não-Negra	100,0	7,2	4,7	37,7	35,1	15,3	100,0	20,1	12,4	35,4	21,8	10,4

Cor	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Salvador				Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	São Paulo			
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Negra	100,0	22,7	17,3	31,8	20,2	8,0	100,0	16,7	6,1	37,7	32,2	7,3
Não-Negra	100,0	9,9	9,3	24,5	28,4	27,8	100,0	10,2	4,1	26,3	36,8	22,6

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Obs: Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos.

<sup>1</sup> As classes de salário mínimo foram construídas com base no rendimento nominal<sup>(2)</sup> Fazem parte desse total os ocupados com rendimentos declarados.



ma de 2 SM; na RMSP 39,5% do total dos negros ocupados recebem acima de 2 SM. A RMBH fica sempre na posição intermediária (Tabela 6).

### **Escolaridade e classes de salário mínimo**

Nas regiões estudadas, os trabalhadores menos escolarizados estão sobre-representados nas faixas salariais mais baixas. Os indivíduos mais

escolarizados estão sobre-representados nas faixas salariais mais altas.

A RMR apresenta a maior participação dos analfabetos e a menor participação dos ocupados com superior incompleto mais superior completo entre o total dos ocupados. Em todas as regiões confirma-se a ligação entre grau de instrução maior e ganhos salariais maiores (Tabela 7).

**Tabela 7**

**Distribuição dos ocupados, no trabalho principal, segundo escolaridade e classes de salário mínimo<sup>1</sup>**  
**Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2005**

Escolaridade	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Belo Horizonte				Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Distrito Federal				Em %
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Analfabetos	1,4	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	1,8	(4)	(4)	2,2	(4)	(4)	
Ensino Fundamental	42,2	62,9	52,7	48,8	31,9	8,9	34,8	60,7	56,7	46,9	28,8	9,0	
Incompleto (3)	30,4	49,8	38,5	35,8	20,7	(4)	24,1	47,3	42,8	33,0	17,7	4,8	
Completo	11,7	13,1	14,2	13,0	11,2	(4)	10,7	13,4	13,9	14,0	11,2	4,1	
Ensino Médio	39,7	29,7	38,7	42,8	45,3	28,2	40,5	30,5	35,9	44,0	48,6	32,4	
Incompleto	7,4	12,1	12,7	7,7	4,6	(4)	7,3	11,7	12,5	9,5	6,2	(4)	
Completo	32,3	17,5	25,9	35,2	40,7	26,5	33,2	18,8	23,4	34,4	42,5	30,1	
Ensino Superior	16,7	(4)	5,8	7,1	22,4	62,8	22,9	(4)	(4)	6,9	21,4	58,5	
Incompleto	5,2	(4)	4,8	4,4	7,1	7,0	7,3	(4)	(4)	5,4	10,5	9,2	
Completo	11,5	(4)	(4)	2,7	15,3	55,8	15,7	(4)	(4)	(4)	10,9	49,3	
Escolaridade	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Porto Alegre				Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Recife				
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Analfabetos	1,0	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	4,9	9,8	7,7	3,1	(4)	(4)	
Ensino Fundamental	43,9	66,2	60,3	54,8	37,3	11,9	43,2	59,9	54,1	41,8	24,7	9,2	
Incompleto (3)	29,2	52,1	43,7	37,5	21,8	6,5	32,4	49,1	42,4	30,0	14,9	(4)	
Completo	14,7	14,1	16,7	17,3	15,5	5,4	10,8	10,9	11,7	11,8	9,8	(4)	
Ensino Médio	35,7	23,3	31,0	35,6	42,0	28,9	40,1	27,6	35,2	47,5	49,1	30,9	
Incompleto	6,7	9,9	12,0	8,4	5,0	(4)	7,1	8,2	7,8	7,6	5,2	(4)	
Completo	29,0	13,4	19,1	27,2	37,0	26,6	33,0	19,5	27,5	39,9	43,8	28,6	
Ensino Superior	19,4	6,7	(4)	8,4	20,3	59,2	11,8	2,7	(4)	7,5	25,3	59,4	
Incompleto	8,6	(4)	(4)	6,4	10,4	13,7	4,2	(4)	(4)	4,1	7,5	10,1	
Completo	10,8	(4)	(4)	2,0	9,9	45,5	7,6	(4)	(4)	3,4	17,8	49,2	
Escolaridade	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Salvador				Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	São Paulo				
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Analfabetos	2,4	5,7	4,1	(4)	(4)	(4)	2,5	6,2	(4)	3,1	1,4	(4)	
Ensino Fundamental	37,0	59,5	50,1	36,8	21,0	6,4	40,6	62,2	54,1	49,2	36,8	13,9	
Incompleto (3)	27,4	47,9	38,5	25,8	13,3	(4)	29,1	48,6	40,5	36,4	24,9	7,7	
Completo	9,6	11,6	11,6	11,0	7,7	(4)	11,5	13,6	13,7	12,8	11,9	6,2	
Ensino Médio	43,9	31,7	40,7	52,0	52,8	32,1	38,0	28,2	36,9	41,7	43,0	28,8	
Incompleto	7,8	11,0	10,1	8,7	4,7	(4)	6,4	9,6	12,7	8,0	5,1	2,4	
Completo	36,2	20,7	30,6	43,2	48,2	30,6	31,6	18,6	24,3	33,7	37,9	26,4	
Ensino Superior	16,6	3,2	5,1	9,8	25,6	61,5	18,9	3,4	(4)	6,0	18,9	57,1	
Incompleto	6,4	(4)	4,3	6,8	9,5	10,5	6,1	(4)	(4)	3,8	8,4	9,4	
Completo	10,2	(4)	(4)	3,0	16,1	51,0	12,8	(4)	(4)	2,2	10,4	47,7	

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego  
Elaboração: DIEESE

<sup>1</sup> As classes de salário mínimo foram construídas com base no rendimento nominal

<sup>(2)</sup> Fazem parte desse total os ocupados com rendimentos declarados.

(3) Inclui alfabetizados sem escolaridade.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

## Atributos do posto de trabalho

### Tempo médio de trabalho e classes de salário mínimo

Entre as áreas estudadas, os ocupados permanecem em média entre 61 meses (cinco anos e um mês), na RMSP, e 77 meses (6 anos e 5 meses), no DF, no mesmo trabalho. O DF apresenta o maior tempo médio de permanência no trabalho principal. Esse tempo é maior à medida que se caminha para as maiores faixas de SM. As ocupações com maior grau de formalização são: carteira assinada e emprego no setor público (Tabela 8).

**Tabela 8**

**Tempo médio de permanência dos ocupados, no trabalho principal, segundo classes de salário mínimo<sup>1</sup>**  
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2005

(Em meses)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Total	Classes de Salário Mínimo				
		Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Belo Horizonte	68	36	39	53	88	138
Distrito Federal	77	31	35	42	77	150
Porto Alegre	69	33	41	44	82	135
Recife	70	41	57	65	107	150
Salvador	70	48	50	57	90	138
São Paulo	61	27	29	39	68	118

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego  
Elaboração: DIEESE

<sup>1</sup> As classes de salário mínimo foram construídas com base no rendimento nominal

Os indivíduos localizados nas faixas inferiores de SM, em geral, permanecem menos tempo na mesma ocupação. Isso indica que há uma grande rotatividade. Na faixa de 1 SM, o tempo de permanência varia de 29 meses – 2 anos e 5 meses – na RMSP a 57 meses – 4 anos e 9 meses – na RMR. Na faixa de *mais de 5 SM*, esse tempo varia de 118 meses – 9 anos e 10 meses – na RMSP a 150 meses – 12 anos e 6 meses – na RMR e no DF.

A RMSP apresenta o menor tempo de permanência no trabalho principal, em todas as classes de rendimento, relativamente às demais regiões (Tabela 8). Isso poderia ser explicado pela diferença de nível de custo de vida (o que faz com que os ocupados com rendimentos em determinada faix

xa de SM tenham poder aquisitivo menor do que seus congêneres em outras regiões) e pelo maior dinamismo da economia da Grande São Paulo. Mas o entendimento dos motivos de os tempos médios de permanência serem menores na RMSP em comparação com as outras localidades exige uma investigação mais aprofundada.

### Horas médias semanais trabalhadas e classes de salário mínimo

Na faixa salarial *menos de um SM* destacam-se as menores jornadas de trabalho entre as regiões analisadas conforme as faixas de SM: de 27 horas, na RMBH, a 38 horas, na RMR. Para os indivíduos ocupados nessa faixa de SM, uma das características de destaque é a subutilização das horas disponíveis daqueles indivíduos ocupados em atividades mais precárias (Tabela 9).

À medida que há deslocamento em direção às faixas salariais superiores, o número de horas trabalhadas tende a aumentar para a maior parte das RMs analisadas, até o limite da faixa mais de 1 SM até 2 SM: 42 horas (RMBH) e 47 horas (RMR). Na faixa de mais de 5 SM, as jornadas de trabalho, embora extensas, estão no limite determinado pela legislação federal (até 44 horas semanais), com exceção da RMSP, que apresenta jornada maior que aquelas verificadas para as faixas intermediárias (Tabela 9).

A RMR apresenta a maior média de horas sema-

**Tabela 9**

**Horas médias semanais trabalhadas pelos ocupados, no trabalho principal, segundo classes de salário mínimo<sup>1</sup>**  
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2005

(Em semanas)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Total	Classes de Salário Mínimo				
		Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Belo Horizonte	40	27	41	42	42	42
Distrito Federal	42	30	42	44	43	41
Porto Alegre	43	30	40	44	46	44
Recife	45	38	49	47	47	44
Salvador	42	35	46	44	44	43
São Paulo	43	30	41	44	45	45

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego  
Elaboração: DIEESE

<sup>1</sup> As classes de salário mínimo foram construídas com base no rendimento nominal

nais trabalhadas. Nas regiões metropolitanas do Recife e de Salvador, os ocupados que apresentam maior número de horas semanais trabalhadas estão na faixa de remuneração de 1 SM, respectivamente 49 horas e 46 horas, bem acima da jornada legal estabelecida de 44 horas semanais (Tabela 9).

**Proporção dos ocupados que trabalham acima de 44 horas, contribuição para a Previdência Social e classes de salário mínimo**

Novamente a situação se apresenta mais crítica nas regiões metropolitanas pesquisadas na região Nordeste, onde 50,6% (Recife) e 44,7% (Salvador) do total dos ocupados trabalham acima da jornada legal estabelecida de 44 horas semanais. A RMSP também se destaca com 41,9% de indivíduos trabalhando acima da jornada legal. No DF apenas 34,8% trabalha acima de 44 horas semanais.

A faixa de 1 até 2 SM concentra os maiores percentuais de ocupados com número de horas trabalhadas acima de 44 horas (Tabela 10).

A análise da jornada aqui apresentada se refere apenas ao trabalho principal e, diante de uma renda tão baixa e concentrada, deve-se considerar a possibilidade de outros trabalhos para ampliar os baixos rendimentos auferidos.

Em todos os locais pesquisados, à medida que aumenta a faixa de rendimento, maior é a proporção dos que contribuem para a previdência. Sendo que em Salvador e no Recife o grau dos que contribuem para a previdência é menor do que nas outras regiões (58,3% e 56,0%, respectivamente).

Nas Regiões Metropolitanas do Recife e de Salvador, a parcela dos ocupados que não contribuem com a previdência social, e portanto situam-se a margem deste importante direito constitucional, é bastante alta, relativamente às demais regiões pesquisadas. Entretanto, as demais regiões também apresentam um percentual alto de ocupados que não contribuem para a previdência, principalmente na RMSP.

Em todas as regiões, considerando os que recebem nas faixas de menos de um SM e 1 SM, a parcela daqueles que não pagam previdência é extremamente alta (Tabela 11). Com rendimentos tão baixos, a renda que iria para a Previdência Social é desviada para o consumo. No extremo oposto, a taxa de contribuição para a Previdência Social entre aqueles na faixa de *mais de 5 SM* alcança de 82% a 90%.

Dando continuidade ao comentário iniciado na tabela anterior (Tabela 11), está claro que existe uma relação entre baixo salário e contribuição à Previdência Social (as categorias autônomos e empregado doméstico representam uma parcela alta entre os ocupados e são categorias cuja distribuição por classes de salários mostra maior concentração nas faixas até 1 SM). Mais uma vez a distribuição se mostra pior nas regiões metropolitanas do Recife e de Salvador, seguidas pela RMBH (Tabela 12).

Na RMPOA, 35,4% dos ocupados que não contribuem para a Previdência Social ganham até 1 SM. Na RMR este percentual sobe para 67,3%. A representação dos que não contribuem nas faixas de SM mais elevadas é pequena, principalmente para aqueles que residem nas regiões metropolitanas mais pobres. Mesmo para aqueles que contribuem para a

**Tabela 10**

**Proporção dos ocupados que trabalharam acima de 44 horas semanais, no trabalho principal, segundo classes de salário mínimo<sup>1</sup>**  
**Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2005**

(Em %)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Total	Classes de Salário Mínimo				
		Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Belo Horizonte	36,1	17,5	39,1	40,8	39,0	30,6
Distrito Federal	34,8	23,7	43,7	45,6	35,8	19,2
Porto Alegre	36,5	20,6	31,3	36,7	40,5	37,0
Recife	50,6	40,3	61,6	55,4	49,3	35,5
Salvador	44,7	35,4	58,8	49,1	42,1	33,5
São Paulo	41,9	24,0	40,2	45,8	45,4	40,7

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego  
Elaboração: DIEESE

<sup>1</sup> As classes de salário mínimo foram construídas com base no rendimento nominal

Tabela 11

**Distribuição dos ocupados, no trabalho principal, segundo contribuição à Previdência Social e classes de salário mínimo<sup>1</sup>**  
**Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2005**

Em %

Contribuição à Previdência	Belo Horizonte								Distrito Federal			
	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sim	67,7	8,6	56,6	75,3	81,2	87,6	66,9	(3)	43,0	67,7	74,7	86,1
Não	32,3	91,4	43,4	24,7	18,8	12,4	33,1	95,7	57,0	32,3	25,3	13,9

Contribuição à Previdência	Porto Alegre								Recife			
	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sim	72,7	14,1	39,8	72,2	83,8	90,8	56,0	3,8	58,4	73,7	78,9	82,3
Não	27,3	85,9	60,2	27,8	16,2	9,2	44,0	96,2	41,6	26,3	21,1	17,7

Contribuição à Previdência	Salvador								São Paulo			
	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sim	58,3	4,2	58,5	71,0	79,5	83,9	61,6	5,8	29,3	59,2	77,1	83,4
Não	41,7	95,8	41,5	29,0	20,5	16,1	38,4	94,2	70,7	40,8	22,9	16,6

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

<sup>1</sup> As classes de salário mínimo foram construídas com base no rendimento nominal<sup>(2)</sup> Fazem parte desse total os ocupados com rendimentos declarados.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 12

**Distribuição dos ocupados, no trabalho principal, segundo contribuição à Previdência Social e classes de salário mínimo<sup>1</sup>**  
**Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2005**

Em %

Contribuição à Previdência	Belo Horizonte								Distrito Federal			
	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Sim	100,0	1,6	10,3	42,5	31,1	14,5	100,0	(3)	5,8	33,1	28,6	32,1
Não	100,0	34,9	16,5	29,2	15,1	4,3	100,0	22,8	15,4	31,8	19,6	10,4

Contribuição à Previdência	Porto Alegre								Recife			
	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Sim	100,0	1,5	2,7	38,8	39,2	17,8	100,0	1,6	16,9	48,4	24,2	8,9
Não	100,0	24,5	10,9	39,7	20,1	4,8	100,0	51,9	15,3	22,1	8,3	2,4

Contribuição à Previdência	Salvador								São Paulo			
	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Sim	100,0	1,5	16,3	37,5	29,2	15,6	100,0	1,2	2,3	29,1	44,1	23,3
Não	100,0	47,9	16,1	21,3	10,5	4,2	100,0	30,5	8,9	32,2	20,9	7,4

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

<sup>1</sup> As classes de salário mínimo foram construídas com base no rendimento nominal<sup>(2)</sup> Fazem parte desse total os ocupados com rendimentos declarados.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Previdência Social a faixa de concentração da distribuição é naquelas de renda intermediária (Tabela 12).

### **Setor de atividade econômica e classes de salário mínimo**

Os trabalhadores da indústria e do setor de serviços estão sobre-representados nas faixas salariais mais altas. Já os do comércio e da construção civil estão sobre-representados nas faixas salariais mais baixas ou intermediárias. A pior condição recai sobre os trabalhadores alocados em serviços domésticos que estão sobre-representados nas faixas salariais mais baixas, com destaque para o DF.

Na RMS, na RMR e no DF, a proporção de ocupados em serviços domésticos supera a proporção dos

que são ocupados na indústria. Na RMS a indústria absorve 9,2% dos ocupados, enquanto o setor de serviços domésticos contribui com 10,5% de ocupados. O quadro na RMR é parecido com 9,3% dos ocupados na indústria e 10,6% nos serviços domésticos (Tabela 13). No DF, ressalta a importância dos ocupados no setor de serviços da esfera pública.

Os ocupados no setor de serviços apresentam melhor inserção salarial no DF (62,3% dos ocupados nos serviços recebem acima de 2 SM) e na RMSP (59,6% dos ocupados nos serviços recebem acima de 2 SM), e a pior distribuição salarial na RMR, onde apenas 31% dos ocupados no setor de serviços ganham acima de 2 SM. Olhando para os ocupados na Construção Civil, exceto na RMSP e na RMPOA, a sua representatividade nas faixas salariais acima de 5 SM é mínima, tanto que não permitiu desagregação (Tabela 14).

**Tabela 13**

**Distribuição dos ocupados, no trabalho principal, segundo setor de atividade econômica e classes de salário mínimo<sup>1</sup>**

**Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2005**

Em %												
Setor de Atividade	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Belo Horizonte				Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Distrito Federal			
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	14,0	9,8	9,8	14,2	17,2	14,8	3,9	(3)	(3)	4,8	4,2	(3)
Comércio	14,5	11,7	13,2	17,3	14,1	9,9	15,5	14,0	13,0	22,3	16,8	6,6
Serviços	54,6	44,9	45,8	51,2	61,2	71,6	65,3	42,6	41,1	53,8	71,7	89,7
Construção Civil	5,9	5,5	4,7	7,6	5,4	(3)	3,6	(3)	(3)	4,7	4,8	(3)
Serviços Domésticos	10,6	27,6	25,9	9,4	(3)	(3)	10,9	28,6	39,9	13,9	(3)	(3)
Outros	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	0,9	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)
Setor de Atividade	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Porto Alegre				Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Recife			
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	20,2	8,1	8,9	22,9	22,7	17,7	9,3	3,9	8,8	12,1	11,3	8,9
Comércio	16,6	19,6	18,5	18,5	15,9	10,7	18,1	23,7	13,4	20,1	12,5	13,2
Serviços	50,6	43,6	43,9	43,0	54,2	69,1	53,9	37,9	48,8	54,9	70,8	75,1
Construção Civil	5,0	5,8	(3)	5,8	5,3	(3)	4,3	5,5	(3)	5,1	3,5	(3)
Serviços Domésticos	7,2	22,2	23,5	9,4	1,8	(3)	10,6	19,8	22,5	5,8	(3)	(3)
Outros	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	3,8	9,1	4,0	2,0	(3)	(3)
Setor de Atividade	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Salvador				Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	São Paulo			
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	9,2	4,4	6,6	9,9	11,5	15,2	19,7	12,6	11,6	18,5	22,2	24,3
Comércio	15,4	18,4	14,4	19,0	11,4	9,0	15,2	19,2	17,9	17,4	13,9	10,4
Serviços	58,6	43,3	47,9	60,8	71,0	72,9	50,1	39,0	39,6	44,5	54,3	62,5
Construção Civil	4,7	5,1	(3)	5,9	5,3	(3)	4,9	5,8	(3)	5,4	5,5	2,3
Serviços Domésticos	10,5	22,9	27,7	3,7	(3)	(3)	9,6	22,8	25,0	13,7	3,9	(3)
Outros	1,7	5,8	(3)	(3)	(3)	(3)	0,4	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

<sup>1</sup> As classes de salário mínimo foram construídas com base no rendimento nominal

<sup>(2)</sup> Fazem parte desse total os ocupados com rendimentos declarados.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

**Tabela 14**

**Distribuição dos ocupados, no trabalho principal, segundo setor de atividade econômica e classes de salário mínimo<sup>1</sup>**  
**Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2005**

Setor de Atividade	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Belo Horizonte				Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Distrito Federal			
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Indústria	100,0	8,7	8,6	38,8	32,0	11,9	100,0	(3)	(3)	40,8	27,9	(3)
Comércio	100,0	10,0	11,3	45,7	25,3	7,7	100,0	7,1	7,5	47,0	27,8	10,5
Serviços	100,0	10,1	10,3	35,8	29,0	14,7	100,0	5,1	5,7	26,9	28,1	34,2
Construção Civil	100,0	11,5	9,8	49,1	23,9	(3)	100,0	(3)	(3)	42,6	34,3	(3)
Serviços Domésticos	100,0	32,0	30,0	33,9	(3)	(3)	100,0	20,7	32,8	41,7	(3)	(3)
Outros	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	100,0	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)

Setor de Atividade	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Porto Alegre				Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Recife			
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Indústria	100,0	3,1	(3)	44,1	38,1	12,5	100,0	10,0	15,4	47,9	20,9	5,8
Comércio	100,0	9,2	5,5	43,5	32,6	9,2	100,0	31,0	12,0	40,8	11,8	4,4
Serviços	100,0	6,7	4,3	33,1	36,4	19,5	100,0	16,7	14,7	37,6	22,6	8,4
Construção Civil	100,0	9,0	(3)	45,0	35,4	5,9	100,0	30,5	(3)	43,5	14,1	(3)
Serviços Domésticos	100,0	24,0	16,2	51,2	8,3	(3)	100,0	44,2	34,3	20,3	(3)	(3)
Outros	100,0	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	100,0	57,1	17,2	19,2	(3)	(3)

Setor de Atividade	Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	Salvador				Total <sup>(2)</sup>	Menos de 1 SM	São Paulo			
			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM			1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 5 SM	Mais de 5 SM
Indústria	100,0	10,1	11,7	33,3	26,8	18,0	100,0	8,0	2,8	28,4	39,6	21,2
Comércio	100,0	24,9	15,1	37,9	15,8	6,3	100,0	15,7	5,7	34,6	32,2	11,8
Serviços	100,0	15,4	13,2	31,9	25,9	13,5	100,0	9,7	3,8	26,9	38,1	21,5
Construção Civil	100,0	22,5	(3)	38,6	24,2	(3)	100,0	14,6	(3)	33,3	39,1	8,2
Serviços Domésticos	100,0	45,6	42,7	10,7	(3)	(3)	100,0	29,6	12,6	43,1	14,2	(3)
Outros	100,0	73,8	(3)	(3)	(3)	(3)	100,0	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

<sup>1</sup> As classes de salário mínimo foram construídas com base no rendimento nominal

<sup>(2)</sup> Fazem parte desse total os ocupados com rendimentos declarados.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

No que se refere aos ocupados em serviços domésticos, merece destaque a sua participação entre 2 e 5 SM na RMSP (14,2%) e RMPOA (8,3%) (Tabela 14).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2005 experimentou uma grande mobilização em torno de um importante preço da economia: o salário mínimo. Nas regiões metropolitanas estudadas e no Distrito Federal, os rendimentos estão concentrados muito próximos do salário mínimo. O atual governo não se furtou a permitir que as discussões a respeito do piso nacional de salário fosse ampliada e ganhasse eco nas diversas instituições, nas Centrais Sindicais, no Executivo, no Legislativo, na sociedade de modo geral. Diversas reuniões envolvendo representantes do governo, dos trabalhadores ativos e dos aposentados marcaram a criação de

uma comissão quadripartite (Executivo, Centrais Sindicais, Aposentados e empresários). Essa comissão tem o papel de instituir uma política de recuperação e valorização do salário mínimo e, ao mesmo tempo, elaborar mecanismos para equacionar os impactos dos aumentos do salário mínimo sobre a Previdência Social e os orçamentos de alguns municípios.

Essa atitude se traduz num salto fundamental para o alcance do objetivo de resgate da valorização do SM. Entretanto essa luta não pode ficar restrita à comissão. Toda a sociedade precisa se posicionar sobre o quanto deseja pagar para aqueles que constroem a riqueza deste país. Qual o salário mínimo moral, aquele cujo valor seja baseado no princípio da ética e da justiça, que a sociedade brasileira está disposta a pagar para que o trabalhador e sua família possam viver com dignidade? Para que possam ter acesso à alimentação, moradia, saúde, educação,

higiene, transporte, lazer e previdência social, necessidades básicas previstas na própria Constituição Federal ?

A instituição de um salário mínimo, além de ser um importante instrumento de regulação do mercado de trabalho, ao impedir que os salários flutuem ao sabor da demanda e oferta de força de trabalho, ajuda a reduzir a desigualdade no Brasil e em âmbito regional.

A sociedade brasileira, indignada com a violência, com as drogas e com o desemprego também, deve indignar-se com a situação dos 40 milhões de brasileiros, dentre eles 4 milhões de baianos, que recebem até 1 salário mínimo, cujo poder de consumo lhes impõe um padrão indigno de reprodução de suas vidas em família.

Nesse momento em que o país debate a idéia de desenvolvimento com distribuição de renda, a necessidade de valorização do salário mínimo ganha relevância, pois, necessariamente, “desenvolvimento com distribuição de renda” passa por uma política capaz de promover continuamente a elevação do seu poder de compra, como forma de atenuar a insegurança salarial dos 40 milhões de brasileiros que têm seus rendimentos referenciados no salário mínimo: São aproximadamente 16 milhões de aposentados e pensionistas, 24 milhões de trabalhadores ocupados, incluindo-se aí os que trabalham por conta própria e os empregados domésticos, todos eles recebendo um rendimento de até 1 salário mínimo, isto é, até R\$ 350,00 hoje.

Além de ser referência para o piso previdenciário, seguro desemprego e licença maternidade, o salário mínimo alcança outras dimensões posto que o efeito da sua valoração rebate sobre as categorias de trabalhadores que têm os seus pisos salariais referenciados no salário mínimo e cujos sindicatos se mobilizam para afastar o piso da categoria do salário mínimo. Alcança também o enorme contingente de trabalhadores informais, para quem o salário mínimo representa um farol para onde seus rendimentos devem caminhar. Estudos do DIEESE mostram que 86% dos pisos salariais definidos por acordo, ou convenção coletiva de trabalho, assinados em 2005, não ultrapassam dois salários mínimos. Isso mostra que a valorização do salário mínimo descortina um horizonte mais límpido para os trabalhadores que recebem até um salário mínimo, chegando até os trabalhadores metalúrgicos, petroquímicos e da construção civil, dentre outros setores dinâmicos da economia.

## REFERÊNCIAS

- DIEESE. *O Salário Mínimo*. Pesquisa DIEESE, Nº 4/Edição Especial. São Paulo: DIEESE, abril de 1992.
- DIEESE. *Valorização do salário mínimo: um imperativo da ética econômica e social*. Nota Técnica nº 21, Abril 2006.
- DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: DIEESE, 2001.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade e outros. *Salário mínimo e desenvolvimento*. Campinas, São Paulo: Unicamp. IE, 2005.